

29 JUL 1985

GAZETA MERCANTIL

Continua vivo o monetarismo na Nova República

José Eloy dos
Santos Cardoso (*)

O receituário da Nova República em nada difere dos chavões macroeconômicos pregados por Milton Friedman e seus seguidores monetaristas: controle do déficit público via arrocho monetário, corte indiscriminado de despesas públicas, centralismo de decisões e o mais desagradável autoritarismo. As outras pregações da escola monetarista, como o neo-liberalismo, que preconiza uma volta ao passado através do livre mercado, livre comércio internacional, orçamento equilibrado e eliminação do Estado em seu papel como agente econômico, são impraticáveis numa economia com características



peculiares como a brasileira, em que a estatização foi muito grande e, sob vários aspectos, indispensável, principalmente se levarmos em consideração as empresas concessionárias de certos serviços públicos insubstituíveis, como transportes, energia elétrica, e produção de determinados bens como ferro, aço e derivados do petróleo. A não ser entregar tudo para as multinacionais, seria extremamente difícil conseguir-se uma privatização.

O que se tem conden. na chamada Nova República são os caminhos que pouco ou nada diferem daqueles praticados no governo Figueiredo e anteriores. Pode-se dizer mesmo que os princípios que levaram milhões de pessoas às praças públicas, nas memoráveis campanhas das diretas já e de Tancredo Neves, já foram engavetados ou queimados logo nos primei-

ros dias de existência do novo governo.

O exemplo mais claro dos descaminhos destes velhos tempos com cara de novos é o caso dos mutuários do Banco Nacional da Habitação. Os tecnocratas brasileiros decidiram simplesmente marginalizar o povo das decisões, ao colocarem aqueles infelizes compradores de residências pelo Sistema Financeiro da Habitação contra o paredão, impondo-lhes aumentos das prestações habitacionais em bases bem superiores aos aumentos salariais, de acordo com o figurino da Velha República.

Evidentemente, ninguém deseja a falência do Sistema Financeiro da Habitação, mas impor aos atuais mutuários maiores sacrfícios, sem recompensas os salários drasticamente retirados durante os anos passados, é, no mínimo, confessar que Tancre-

do Neves se encontra também sepultado na memória daqueles que dirigem a Nova República e todos os princípios por ele defendidos em praça pública estão caindo no esquecimento.

Não é possível que, depois de galgar os postos públicos através do apoio popular, os governos estaduais e municipais e as respectivas populações permaneçam marginalizados do processo decisório. Afinal, os técnicos e burocratas que, por infelicidade geral da Nação, ainda permanecem ditando e impondo normas ao País não são mais capazes que os cidadãos no diagnóstico dos problemas sociais.

Os compromissos assumidos nas praças públicas estão sendo descumpridos pelos tecnocratas de plantão da área econômica do novo governo. Em vez de decidir autocraticamente contra o povo, a tecnocr-

cia de Brasília deveria submeter-se antes de tudo aos ditames do Congresso Nacional, como manda o figurino democrático.

Quando estão com uma bomba na mão, como no caso Sul Brasileiro, aí, sim, empurram a decisão para cima do Congresso e, mesmo assim, para que este decida através do malfadado voto das lideranças que é uma das heranças autoritárias dos tempos da Velha República.

E preciso que a Nova República, que ainda não nasceu e só colocou a cabeça de fora, venha realmente ao mundo num parto sem dor e não morra simplesmente ainda dentro do ventre da mãe.

Feliz é Tancredo, que não sobreviveu para ter de morrer de raiva destes seus pretensos herdeiros.

(*) Professor de Economia da PUC-Minas Gerais.

Economia - Brasil